

Os anarquistas na revolução russa (anotações libertárias)¹

The anarchists and the Russian revolution (libertaries notes)

Edson Passetti

Professor no Departamento de Política e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da PUC-SP. Coordenador no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária www.nu-sol.org), e editor da revista *Ecopolítica*. Contato: passetti@matrix.com.br.

RESUMO:

Este artigo busca expor os embates entre bolchevistas e anarquistas durante os primeiros anos da Revolução Russa e os efeitos das reformas do aparelho de Estado burguês. Ressalta ainda a importância das práticas de militantismo nos dias atuais.

Palavras-chave: anarquismo, Revolução Russa, militantismo.

ABSTRACT:

This article seeks to expose the clashes between bolsheviks and anarchists during the early years of the Russian Revolution and the effects of the reforms of the bourgeois State's apparatus. It also emphasizes the importance of militantism in the present day.

Keywords: anarchism, Russian Revolution, militantism.

PASSETTI, Edson (2017). Os anarquistas na revolução russa (anotações libertárias). *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 19, set-dez, pp. 47-61.

Recebido em 2 de outubro de 2017. Confirmado para publicação em 30 de outubro de 2017.

¹ Texto originalmente apresentado Seminário 100 anos da Revolução Russa. Debates sobre democracia, socialismo e anarquismo entre 25 e 28 de setembro de 2017, UFPA.

1. Domínio da revolução

A revolução é um acontecimento que propicia a expansão das diversas forças de resistências diante de uma situação insuportável. A conservação da revolução, por sua vez, implica retração destas forças ao domínio de uma delas no Estado. As revoluções contemporâneas, burguesas e proletárias, em nome da liberdade e da igualdade, criaram e recriaram os terrorismos de Estado.

A Revolução Russa foi um acontecimento marcante, no início do século XX, por realizar a intenção histórica do fim do capitalismo pelo socialismo, embate largamente discutido entre reformadores autoritários e libertários no século XIX. Nela, estiveram presentes as diversas forças de combate às explorações, desigualdades socioeconômicas e de possibilidades de encontro com a nova sociedade. Cada uma destas forças contribuiu à sua maneira.

A dos anarquistas foi a de não abrir mão da liberdade e, por isso, reiteraram com suas ações a defesa do socialismo libertário ou anarcocomunismo. Ficaram marcados, por isso mesmo, pelos bolchevistas, seus mais diretos oponentes, como os que careciam de organização para garantir o socialismo numa sociedade pauperizada, despedaçada e ameaçada pelos exércitos da Europa. Eram considerados simpatizantes pequeno-burgueses importantes para o fato revolucionário, mas não para os desdobramentos da revolução, pois seus contrapositionamentos poderiam levar à restauração da velha ordem. Eles não cabiam no governo da *ditadura do proletariado*. Os anarquistas, por sua vez, viam nos bolchevistas a expressão das ideias de Marx e Engels, combatidas pelo francês Pierre-Joseph Proudhon desde a década de 1840, e depois pelos russos Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin desde a Associação Internacional de Trabalhadores, criada em 1864. Consideravam os bolchevistas autoritários e ditatoriais, em sentido similar ao do governo burguês - incluindo o terror de Estado -, e os que lhes antecederam

com faraós, imperadores, czares, reis e príncipes. Alertavam que a revolução contemporânea em si é incapaz de mudar o mundo, e que, paradoxalmente, ela está propensa a restaurar o exercício da soberania no Estado, seja em nome do povo ou do proletariado.

Desde a crítica de Proudhon à Revolução Francesa, a revolução contemporânea passou a ter sentido para os anarquistas como *revolução permanente*, diária e inventiva por meio de suas associações libertárias com base não mais num direito universal e num contrato transcendente de sustentação da propriedade, mas no direito bilateral □ segundo o objeto da troca e as forças componentes □, e um contrato real, sinalagmático e comutativo. A *revolução permanente* trazia a interdependência entre mutualismo econômico e federalismo político descentralizado.

O fato revolucionário não era excluído, apenas deslocado da condição determinante para a posição secundária. Com isso, os anarquistas pretendiam evitar que as forças condensadas no fato revolucionário chegassem ao terror de Estado, à ditadura, à condição de proporcionar uma nova reforma do Estado ou, simplesmente, revelassem as marcas conservadoras dos revolucionários. Até mesmo a revolucionária marxista Rosa Luxemburgo, imediatamente depois da chegada ao Estado pelos bolchevistas, alertou Lênin para o perigo da ditadura do proletariado se transformar em ditadura sobre o proletariado, quando estes se voltaram para suprimir a *vontade política* das demais forças sociais. Ela foi desqualificada por Lênin e identificada como anarquista.

Foi assim que a palavra *anarquista*, no passado associada ao socialista pequeno-burguês por Marx, passou a ser identificada, também, com os contra-revolucionários no interior do discurso socialista. Todavia, a anarquista russa Emma Goldman, retornando a Moscou de Nova Iorque, de onde havia sido banida por ser insuportável aos limites da democracia burguesa, chegou à Rússia revolucionária acreditando no fato, mas descrendo da ardilosa diferença estabelecida por Lênin, que a situava

entre anarquistas e marxistas, restrita aos meios. Para Emma Goldman, os meios autoritários levam a fins autoritários, da mesma maneira que meios libertários levam a fins libertários, estabelecendo a distinção radical com Lênin e antevendo o rumo ditatorial da revolução. As palavras da russa Emma revigoraram as análises de Proudhon, Bakunin e Kropotkin, indicando que desde Marx e Engels não haveria mais ou menos desvios na rota ditatorial caso estes alcançassem o Estado. Era o socialismo *real* dos marxistas se fazendo histórico.

Na Revolução Russa emergiu a radicalidade popular procedente, desde 1771, dos *sans-cullotes*, e que atravessou a Revolução Francesa, como dos *luddistas*, a partir de 1811, na revolução industrial inglesa, problematizando a propriedade e o Estado. Outras radicalidades históricas potencializaram a revolução. Os socialistas fourreristas do jornal *La Phalange*, de Paris, nos anos 1830, esclareceram que o direito universal sustentava os ilegalismos das forças burguesas no exercício do direito de propriedade. Antes mesmo de Nietzsche, eles mostraram os baixos começos do direito, ali onde este se transforma em dever resultante da batalha entre forças sociais. Tais práticas e constatações habitaram o anarquismo de Proudhon, influenciaram o jovem Marx e foram detalhadas por alguns dos “Livres” alemães, como Max Stirner, que também notou que o grande crime na sociedade capitalista não era derivado do conjunto de infrações realizadas por miseráveis e subversivos, mas do roubo da propriedade sobre as forças sociais livres, levando ao crime de lesa-sociedade. Para os anarquistas, a revolução socialista, capitaneada por uma *vanguarda*, poderia criar um novo crime de lesa-sociedade ao manter a universalidade do direito contra os oponentes do governo ditatorial. Acrescentemos a isso que muitas outras manifestações populares, pacíficas ou violentas, incluindo o terrorismo contra o Estado, dos anos 1880 e 1890, aos poucos, ou de uma só vez, explicitaram que não só os direitos universais, outrossim, o governo democrático

realizava a vontade de poder da burguesia. Os anarquistas, que desde os anos 1840 não acreditavam no fim da *luta de classes* por meio da tomada do Estado e da transformação da propriedade privada em propriedade socialista, consideravam, por meio de análises detalhadas, que o socialismo autoritário não levaria ao fim do regime da propriedade, mas, ao contrário, o refaria como regime da propriedade estatal, e se desgastaria por não superar a acalentada *fase* de ditadura.

Na Rússia - muito antes de Trotski redimensionar a noção anarquista de revolução permanente como maneira de repor o sentido original da revolução bolchevista diante do *desvio* stalinista, após a morte de Lênin -, a ditadura do proletariado já tinha sufocado o acontecimento revolucionário com o esmagamento da revolta dos marinheiros do Kronstadt, em 1921, pela Guarda Vermelha de Trotski, a fundação da TCHEKA e com os acordos palacianos, no ano seguinte, entre os bolchevistas, o anarquista Nestor Mahkno e o Exército Insurgente da Ucrânia, aniquilando o comunismo libertário ucraniano, iniciado pelos camponeses e irradiado para as cidades. Os bolchevistas foram peritos ao situar a questão da revolução no interior de uma guerra civil entre exércitos vermelhos, brancos e verdes. E tal tática apenas rendeu agradecimentos ao modo pelo qual se efetiva o dispositivo policial na sociedade com Estado: tratar as lutas entre oponentes e dissidentes como guerra civil, como necessidade de obter paz interna diante da ameaça externa, da política como guerra civil tão ao gosto dos governos burgueses europeus no século XIX.

Os russos contestadores do regime czarista e da miserável economia pré-capitalista moveram incessantes lutas históricas contra a exploração e a dominação, e propiciaram o aparecimento de grandes pensadores da liberdade anarquista. Às vezes, estes pensadores produziram reflexões sistematizadas como as de Kropotkin, outras, legaram análises inacabadas repletas de sugestões como as de Bakunin. Ambos eram filhos da

aristocracia russa com a sensibilidade à flor da pele para combater a inércia provocada pelo governo dos poucos, fosse ele da aristocracia, da elite ou, mais tarde, da *vanguarda*. Eles sabiam, a seu modo, que a ajuda mútua era necessária para o povo sair da miséria e que nela também se encontrava um poder de força revolucionária dos miseráveis, não mais restritos, como *lumpenproletariado*, a sustentar politicamente a burguesia em épocas de crise. Os anarquistas russos reconheciam o poder dos *sans-cullotes* e *luddistas* na história, e que estes não foram somente reféns de beatos ou de reações do Estado. Sabiam pela realidade a sua volta que as revoluções poderiam acontecer a qualquer momento. Na Ucrânia, uma revolução desencadeada em fevereiro de 1917 pelos camponeses mostrou ser possível não só uma revolução em um país com baixo desenvolvimento das forças produtivas (Lênin corrigindo Marx), mas que era também possível ela emergir de camponeses, sem direção política centralizada nos *comitês revolucionários* (Nestor Makhno advertindo Lênin). Makhno e a Revolução Ucrâniana mostraram que a luta não cessava enquanto não se pusessem abaixo as organizações verticais de poder.

Makhno acreditou nas propostas de unificação revolucionária dos bolchevistas na luta contra os estrangeiros e o *exército branco*, e acabou exilado em Paris, como uma pessoa nociva ao socialismo. A revolução russa caminhava para se tornar um Império. Depois de passar pelos breves e intensos inícios da revolução, Kropotkin, quando regressou à Rússia, morreu em fevereiro de 1921, dias antes do esmagamento da revolta do Kronstadt, em março. Bakunin morreu em Berna, em 1º de julho de 1876, depois de contestar os socialistas autoritários e se transformar na referência da luta anarquista coletivista dentro e fora da Rússia. Chegou a se interessar pelo anarquismo profissional e terrorista de outro russo contundente, Sergei Nietcháiev, que habita o romance *Os demônios* de Fiódor Dostoiévski, mas dele se afastou, muito antes de

Lênin admirar a pertinência de suas ideias revolucionárias profissionais. Os anarquistas russos anônimos também não foram poucos e compuseram a maior força socialista junto com os bolchevistas durante os primeiros anos da revolução. Mas como toda revolução necessita se conservar, os anarquistas minoritários passaram à condição de adversários e, em pouco tempo, de inimigos. Acabaram anônimos nos campos de concentração como escravos do modo de produção socialista, foram mortos, exilaram-se ou se mantiveram calados por um longo tempo. Cada um deles sabia que a vitória da *ditadura do proletariado* era sua possível morte instantânea. Os russos Bakunin, Kropotkin e Emma Goldman, e o ucraniano Makhno exibiram com suas análises e lutas, Europa adentro ou no interior dos soviets, que a vida está no amistoso exercício de invenção da liberdade. Levaram ao limite a reflexão e a aspiração do século XIX de superação da emancipação política pela emancipação humana.

2. Por dentro da Revolução Russa

Gostaria de situar um momento na revolução russa captado pelas atitudes de dois pensadores que retornam à Rússia durante os primeiros anos da revolução.

Emma Goldman chegou a Moscou com a Nova Política Econômica (NEP), de 1921, quando se deu um fim à chamada guerra civil. Ela situa a reversão da revolução em um opúsculo intitulado *Minha outra desilusão na Rússia*. Para Emma Goldman, em poucas palavras, a NEP reativou o mercado e as ideias burguesas; promoveu prisões de anarquistas, com gráficas fechadas como o Golos Truda, pela TCHEKA — polícia secreta de Estado que substituiu a OHKRANA, polícia czarista —, tudo em conformidade com o discurso de Lenin no X Congresso do Partido Comunista, em 1921, abrindo guerra contra os elementos pequeno-burgueses anarquistas, aos sindicatos e aos seus defensores. Pouca valia

teve a aproximação de anarquistas aos bolchevistas, ao acreditarem no *slogan* bolchevista deles surrupiado: “as fábricas aos trabalhadores e as terras aos camponeses”. E também pouco valor teve contemporizar com o tratado de Brest-Litovsk, em 1918, ainda durante a I Guerra Mundial, como uma proteção à Rússia do exterior, devolvendo territórios ao império alemão e ao austro-húngaro. Mesmo assim, os anarquistas ficaram ao lado dos bolchevistas trabalhando na Guarda Vermelha, no regimento de voluntários, no Exército Vermelho e na representação diplomática. Ficaram entre a revolução e o bolchevismo! Enquanto isso, suas organizações passaram a ser “infiltradas” e, finalmente, com o massacre à revolta de Kromstadt, em março de 1921, os anarquistas despertaram de “um sonho estranho”, como o de Gregor Samsa. Foram presos e nas prisões promoveram levantes até serem deslocados para o campo de concentração de Ryazan. Ao mesmo tempo, os simultâneos levantes universitários foram calados por Ievgêni Preobrajenki, nomeado reitor, que proibiu qualquer manifestação política. Configurou-se, a partir daí, o anarquismo como banditismo, e que bandido deveria ser fuzilado, o que foi inaugurado com Fanya Baron e Lev Tchery. Os revolucionários, operários e camponeses, serão reconfigurados como massa: vida uniforme, exterminados em suas individualidades, disponíveis a serem educados e dependentes das minorias inteligentes. Ponto.

Em maio de 1922, Alexander Berkman, companheiro de Emma Goldman, inicia a redação de seu tríptico sobre a revolução russa. Para ele, esta revolução foi o fato mais significativo da história da humanidade. Nela chegou em 1920, deportado dos EUA depois de encarcerado durante 2 anos na prisão de Atlanta por defender o operário Thomas Mooney, acusado de colocar bombas em passeatas. Comentarei o primeiro escrito, *A tragédia russa*.

Disposto a aprender e a ajudar, Bekman se aproximou dos bolchevistas e atravessou a Rússia. Foi quando constatou que estava diante de

um espelho deformante do “todo poder aos soviets” que derrubara Kerenski. Naquela ocasião, a burguesia estava desorganizada, fraca e sem militância, e isso fortaleceu a união da oposição entre bolchevistas, o Partido Socialista Revolucionário, anarquistas, os libertos das prisões e imigrantes revolucionários. Mesmo constatando as diversas mudanças com a revolução, os bolchevistas se mantiveram fiéis à sua filosofia social e desconfiados do campesinato. O tratado de Brest-Litovsk foi inicialmente contestado por Radek (pseudônimo de Karol Sobelsohn, que lutou com Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht no grupo Espartaquista de 1918 a 1920) e Trotski, e depois temporizado por ambos. A assinatura do tratado promoveu o gradativo distanciamento entre as forças agrupadas, opondo bolchevistas aos socialistas revolucionários e anarquistas. Então, os bolchevistas defenderam a Assembleia Constituinte até constatarem que não teriam maioria e insistiram na nacionalização do país.

Berkman esteve no Congresso Sindical Revolucionário de 1921 que produziu os “amigáveis” defensores da versão oficial da revolução, gerando o redimensionamento dos sindicatos que deveriam funcionar como correia de transmissão do partido. Com medidas como essas, o centralismo se fortaleceu e produziu os *sovburgs*, que em 1920 eram maiores em Moscou do que a burocracia o fôra em toda Rússia czarista. Lenin introduziu o sistema de *yedynolitchiye* (gerenciamento por um gestor e que dissolverá os comitês), aproximando-se dos banqueiros e desenvolvendo o sistema de punição (privação do *payok*, ração alimentar) e encaminhamentos à TCHEKA. É a fase do terror? Não, nas palavras de Nikolai Bukharin, o terror é um método pelo qual a natureza humana será transformada em adequada cidadania bolchevista. (Depois de colaborar com Stalin, inclusive na perseguição a Trotski, ele foi julgado na Grande Purga em 1936, e executado em 1938, como traidor; Radek também foi julgado no mesmo procedimento e morreu na prisão).

Para Lenin, a liberdade não passava de um preceito burguês e liberdade

de fala e imprensa era desnecessária e perigosa pra a revolução. Com o sistema eleitoral eliminado, os soviets passaram a ser obedientes à vigilância da TCHEKA; os sindicatos, como vimos, passaram a ser transmissores do partido; o sistema militar se tornou obrigatório; disseminou-se os trabalhos forçados para revisão de consciências; subordinou-se o campo com as técnicas de pilhagens de grãos comandadas por Radek e punição aos camponeses por meio da *razvyorstka*. A ilusão da unificação cidade-campo estava encerrada. As massas deveriam crer que tudo ocorria para conter a ameaça estrangeira, enquanto o terror desenfreado acontecia internamente para dar um fim à chamada *guerra civil*.

Depois, no X Congresso do Partido Comunista em 1921, Lenin se penitenciou da *razvyorstka* condenando a ação da TCHEKA contra camponeses; afirmou que a burocracia era parasitária, corrupta e criminosa e proferiu: “os meios que vínhamos usando falharam. O povo, especialmente a população rural, não está ainda à altura dos princípios comunistas. A propriedade privada teve de ser reintroduzida, o livre comércio estabelecido. Daí, o melhor comunista ser aquele que pode impulsionar melhor a barganha”. A seguir, veio a NEP, com fortalecimento da economia capitalista e da ditadura do proletariado. Enfim, o governo é para sujeitar, fortalecer-se e se perpetuar.

Gostaria de encerrar introduzindo uma questão. É comum, após esses acontecimentos, encontrarmos as análises relativas aos chamados desvios do socialismo, a constatação de um socialismo *real*, as contestações de marxistas exegetas, liberais afoitos e anarquistas reiterando suas análises históricas indicando que a revolução russa descambaria para a tirania.

Os liberais afoitos, rapidamente, colocarão o socialismo no rol dos totalitarismos, similar ao nazismo (que eles apoiaram para conter o avanço socialista). Para a racionalidade neoliberal, o Estado gradativamente passou a funcionar segundo o molde do partido, ou seja, o partido se sobrepôs ao Estado. Está neste intercurso, segundo os neoliberais, o fracasso do

socialismo (de maior duração), diferentemente do nazismo e fascismo (de breve duração). Trata-se em ambos os casos de uma governamentalidade de partido que subjuga a sociedade e o Estado. Desse modo, a racionalidade neoliberal, após a derrota do fascismo e do nazismo, investirá, de acordo com os ordoliberalis alemães, em uma nova legitimidade de Estado a partir do mercado, com regulações e ordenações de Estado voltadas à obstrução da planificação e configuração de uma instituição jurídica condizente com sua tarefa de monitorar o mercado. Segundo os neoliberais estadunidenses pela teoria do capital humano, em que definitivamente o trabalho é incluído na análise do comportamento econômico, coloca-se o trabalhador como empresa de si, como um capital humano que coopera com o capital, produzindo o estilo de vida empreendedor.

É com esta nova legitimidade do Estado fundada no mercado com suas empresas que a racionalidade neoliberal levará à derrocada o socialismo soviético com a inicial intromissão dos direitos humanos, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 da ONU, finalmente assinada pela URSS de Leonid Brejnev, em 1977, em Helsinki, durante as negociações sobre a *détente*, ou *distensão*. O fortalecimento da economia capitalista, como situara Lenin, agora se dispensará da ditadura do proletariado com o governo de reconstrução de Mikhail Gorbachev, em 1986, por meio da *perestroika* e da *glasnost*, e se transmutará em democracia e economia de *mercado*. A China, mais esperta, combinará racionalidade neoliberal com ditadura do proletariado. E a Coreia do Norte, hoje em dia, começa a aprender com a China como se introduz a racionalidade neoliberal com ditadura do proletariado, mas primeiro ela precisa mostrar que tem capacidade de matar, até alguma Conferência Internacional ou o Conselho de Segurança da ONU abrir negociações vantajosas.

A NEP, mais do que dar um fim à chamada guerra civil, *abriu* a revolução para se ajustar, a médio prazo, à economia de mercado: o

modelo de Estado alemão preconizado por Lênin facilitou o período stalinista, projetou a URSS para a conquista espacial e se deparou com os efeitos da economia capitalista revitalizada pela racionalidade neoliberal e a globalização. Não se tratava de desvios do socialismo autoritário, mas de seus efeitos históricos. As análises anarquistas dos acontecimentos sinalizavam para isso. A centralização no Estado com panificação econômica mostrou seus limites e esgotamentos diante da racionalidade neoliberal e condenou os socialistas e comunistas, herdeiros de Marx, Lenin e seus seguidores, a se acomodarem, reiterando o Estado de direito, o parlamento, a política e a democracia burguesa. O jogo pelo interior do Estado, como defendiam os reformistas, se não levou, nem leva, à revolução e tampouco ao socialismo, facilita a acomodação no Estado, com base numa argumentação ideológica que formalmente opõem liberais e antiliberais.

3. O militantismo

A noção de guerra civil é estratégica para a conformação da política e do Estado modernos. Os Estados necessitam segurança externa, por meio do dispositivo diplomático-militar; internamente, essa segurança é obtida pelo dispositivo de polícia. Os Estados, para garantir sua segurança externa, precisam obter a paz interna, ou seja, evitar ou debelar a chamada guerra civil. Todavia, desde a Revolução Francesa eles ficaram expostos a combates constantes. Não foi por menos que Foucault compreendeu a política, no século XIX, como maneira de conter a guerra civil. No caso da Rússia revolucionária, a questão da segurança externa estava mais ou menos equacionada pelo Tratado de Brest-Litovski, assinado durante a I Guerra Mundial, e pelos modos de sufocar as lutas internas que seriam resolvidas pelos bolchevistas como fim da guerra civil. Contida ou esmagada, a segurança do governo estaria garantida.

O século XIX foi impulsionador do *militantismo*, modos de associar livremente os modos de viver, lutar, contestar, revoltar-se e provocar revoluções que introduziram novas subjetividades provenientes, como vimos anteriormente, dos sans-coullottes, luddistas, furreristas e anarquistas. O *militantismo* intercepta a condução por um partido ou sindicatos, que submetem subjetividades por meio de sujeições e assujeitamentos. As práticas do *militantismo* revolvem costumes, introduzem novas lutas, explicitam que a luta por direito político é a luta pela vida, ou seja, não por mais ou outros direitos a serem seguidos como deveres, mas por direitos antissoberania. Produzem subjetivações insurretas e forçam os Estados a agregar forças belicosas externas para contê-las, como ocorreu com a Comuna de Paris, ou promovem o redimensionamento das forças repressivas, como durante a Comuna ou mesmo nos primórdios da Revolução Russa: a questão que se coloca está na divisão entre os próprios súditos que alimentam com seus corpos e subjetividades a polícia e as forças militares. Todavia, adestrado aos ditames de partido ou do sindicato, o *militantismo* sucumbe e emerge a militância, o ordenamento a ser seguido pelos subordinados à minoria inteligente, a restauração da polícia e das forças militares.

Porém, o maior agravante está em como a classe operária foi legalizada no século XIX, principalmente após a Comuna de Paris. O Estado respondeu às revoltas com o aparato jurídico conformando um conjunto de leis que legalizaram o operariado urbano e adestraram as lutas sindicais e políticas ao fluxo institucional. Vieram as leis trabalhistas, leis de previdência social, regulamentação do contrato de trabalho na fábrica, controle dos sindicatos, vínculos entre trabalho e lazer com vilas e bairros operários, políticas de assistência... enfim, um complexo jurídico institucional que definiu quem trabalha, o uso da força de trabalho, condições de salubridades, ocupação de mulheres, crianças, jovens e velhos nas fábricas, regulamentação do trabalho noturno e horas-extras,

justiça trabalhista, ordenamento dos sindicatos e benefícios... Isso é política burguesa: é efeito das lutas, da busca por segurança, formatação institucional da paz diante da guerra civil iminente, emoldurando as lutas operárias em sindicatos e partidos da ordem; mas é, também, modo de gerir os ilegalismos, recrutar desempregados para polícia como agentes de ordem, informantes, infiltrados, pobres ordeiros que defendem o Estado e a propriedade, ou seja, modo de fomentar a luta entre os súditos. Mesmo que a legalização da classe operária não tenha ocorrido passo a passo com a cidadania e os direitos do homem e do cidadão, ela construiu a fortificação para conter revoluções. Porém, mesmo com tudo isso, a legalização da classe operária conteve a urgência das revoltas voltadas para o igualitarismo como na Revolução Espanhola, em 1936, na qual o Partido Comunista funcionou como força reativa, ou mesmo antes, para falarmos do Brasil, na Greve Geral de São Paulo, em julho de 1917, de onde surgirá o Partido Comunista Brasileiro fundado por ex-militantes anarquistas. O *militantismo* não se satisfaz com leis e, tampouco, ajusta-se a normas; ele produz terrorismos ou diversas formas da revolta. Sua forma de adestramento e docilidade ocorre com as práticas de militância e estas, no seu esplendor de crescimento, acabam institucionalizadas como polícia do partido.

Na Rússia, os ajustes trabalhistas em função da *fase inferior do comunismo*, incluindo direitos compensatórios, redimensionaram o modelo de Estado alemão que servia de referência a Lenin antes de tudo acabar em governamentalidade de partido, cuja restauração do Estado ocorre por meio da racionalidade neoliberal, segundo os neoliberais, e em tirania, como explicitaram os anarquistas, para quem a luta contra a propriedade é também a luta pela abolição do Estado. O socialismo marxista-leninista exercitou as mesmas formas de recrutamentos para a repressão, manteve as instituições repressivas e asilares, segundo as *vontades* de ocasião, facilitou o trajeto stalinista e criou a nova ideologia da revolução

permanente restauradora, noção surrupiada de Proudhon por Trotski para repor a revolução nos termos cabais de fim da guerra civil: efeito de disputas pela propriedade do Estado.

Desde a Rússia, essa internacionalização do socialismo continuou reproduzindo o espelho deformante da pós-revolução no início do século XX até o início do século XXI. O *militantismo* vivo hoje em dia se traduz em ação direta.

Referências bibliográficas:

- AVRICH, Paul Avrich (1967). *The russian anarchists*. Princeton: Princeton University Press.
- BERKMAN, Alexander (2007). A tragédia russa. *verve*, revista semestral autogestionária, São Paulo, Nu-Sol, v. 12, pp. 81-115. Disponível em <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2018/01/Verve-12-2007.pdf>
- EDELMAN, Bernard (2016). *A legalização da classe operária*. Tradução de Flávio Roberto Batista, Jorge Luiz Souto Maior, Marcus Orione Gonçalves Correia e Pablo Biondi. São Paulo: Boitempo.
- GOLDMAN, Emma (2007). Minha outra desilusão na Rússia. *verve*, revista semestral autogestionária, São Paulo, Nu-Sol, v. 11, pp. 109-122. Disponível em <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2018/02/Verve11.pdf>
- _____ (2008). Minorias versus maiorias. *verve*, revista semestral autogestionária, São Paulo, Nu-Sol, v. 13, pp. 123-133. Disponível em http://www.nu-sol.org/blog/dt_portfolios/v-e-r-v-e-13/
- GRUPO de Anarquistas Russos Exilados na Alemanha. A repressão ao anarquismo na Rússia Soviética. *verve*, revista semestral autogestionária, São Paulo, Nu-Sol, v. 11, pp. 95-108. Disponível em <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2018/02/Verve11.pdf>
- MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre; BERKMAN, Alexander (2001). *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. Coleção Escritos Anarquistas, v. 16. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/Coletivo Anarquista Brancaleone.
- TRATEMBERG, Maurício (2007). *A revolução russa*. São Paulo: Unesp.
- VÁRIOS (1997). 80 anos de revolução russa. *libertárias*, revista bimestral de cultura libertária, São Paulo, Imaginário, v.1.